

## PARQUE ESTADUAL DAS SETE PAASSAGENS

### PLENÁRIA DA REUNIÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO GESTOR DO PARQUE ESTADUAL DAS SETE PASSAGENS-13/12/2021

No dia 13 de dezembro de 2021 foi realizada a Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Parque Estadual das Sete Passagem de modo virtual pela plataforma Teams. A reunião teve como pauta; os seguintes pontos: 1. Discursão Vacância 2. Apresentação do Programa de Concessão de Unidades de Conservação – BNDES- Status do Processo. Estiveram presentes as entidades conselheiras abaixo listados, verificando cora estando presentes, representando Poder Público Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA; Câmara de Vereadores de Miguel Calmon; Colégio Estadual Nossa Senhora da Conceição; Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Miguel Calmon, Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Jacobina; Secretária Municipal de Educação de Miguel Calmon, Universidade Federal do Vale do São Francisco-UNIVASF. Sociedade Civil: Associação Comunitária de Murici – ASCOMU; Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Taquara e Cedro – ATCMBCS; Associação de Ação Social e Preservação das Águas Fauna e Flora da Chapada Norte – ASPAFF; Associação Protetores da Serra – APS e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miguel Calmon, Sindicato Rural de Miguel Calmon. Empreendedores Locais: sem representação. Além de convidados. O Presidente do Conselho Gestor, José Manoel Zélis Pereira (INEMA), deu início à reunião após a verificação do *quórum* dando as boas-vindas a todos os presentes e apresentando a pauta. Tratando do primeiro ponto da pauta referente ao preenchimento de vacância, Zélis esclareceu que a Associação de Condutores Ambientais e Guias de Itaitu - ACAGI enviou a documentação exigida e a plenária precisaria decidir sobre esse pleito. Pediu que Richard Silva representante da ASPAF, falasse um pouco sobre a instituição visto que não havia outra representação presente. Richard fez uma breve apresentação sobre a criação da Associação e sobre sua área de atuação há, aproximadamente, 03 (três) anos. Após a apresentação a plenária decidiu por permitir que a instituição faça parte do Conselho. Zélis reforçou a necessidade de que haja atualização dos dados dos conselheiros porque alguns disseram não terem recebido a convocatória e link da reunião. Nesse momento foi solicitado que os conselheiros

atualizem seus dados para verificação do banco de dados do INEMA. Em seguida o presidente apresentou Mariana Mascarenhas, Coordenadora da SECEX da SEMA que vem acompanhando as reuniões sobre a concessão, para fazer a coordenação do momento de debate sobre a Consulta Pública para a Concessão. Mariana agradeceu a oportunidade e lembrou que já esteve reunida com o Conselho na ocasião em que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES iniciou os estudos para verificação da viabilidade econômica do Parque. Em seguida, Mariana explicou que a equipe do BNDES apresentaria a proposta de concessão de serviços para visitação em parte do Parque e que também explicariam como estava funcionando o processo de Consulta Pública que teve início em 07 de dezembro de 2021 e será finalizado em 07 de fevereiro de 2022. Explicou que o momento era para apresentar a proposta elaborada e iniciar um diálogo que permita esclarecimento de dúvidas e também que fossem feitas sugestões, entretanto, o diálogo deveria seguir até o encerramento da consulta. Também reforçou a importância de que os membros do conselho que são representações de instituições e grupo de diferentes segmentos da sociedade também atuassem para que a proposta chegasse a esses grupos e suas contribuições pudessem ser trazidas para o espaço de consulta pública. Por fim, Mariana passou a palavra para Aníbal Costa (BNDES) que se apresentou e falou da importância desse momento de consulta pública quando é dada transparência aos estudos, aos dados, números e proposta de modo geral. Explicou que a consulta pública tem início com essa apresentação e diálogo justamente para que haja tempo suficiente para que todos conheçam a proposta e se apropriem, posteriormente, dos documentos disponíveis e possam, dessa forma, fazer suas sugestões. Mariana informou que havia publicado no *chat* da reunião o link para acessar os documentos, o regulamento da consulta pública e o formulário de contribuições. Finalizou explicando que é comum que, após o processo de consulta em que são apresentadas críticas e sugestões, seja necessário fazer ajustes à proposta inicial e que existe um esforço do Estado em receber, assimilar e apresentar respostas e soluções para as demandas que serão apresentadas. Ressaltou, ainda, a importância de que, apesar do esforço da equipe em registrar tudo que for falado e discutido nessa reunião, acessassem o *site* com os documentos e preencham o formulário de contribuições. Aníbal pediu que Fabiano Penna (BNDES) apresentasse a proposta e o ambiente de Consulta Pública. Fabiano apresentou a Visão Geral do Projeto, o diagnóstico, a Metodologia e as Premissas, os Principais Resultados Econômicos - Financeiros, a Estratégia de Ida ao Mercado, a Proposta de Modelagem do Leilão, os Aspectos Jurídicos e os Próximos passos e a Governança. Explicou que o BNDES é

contratado pelo Estado para estruturar todo o projeto e que, para tanto, o BNDES contratou um consórcio de especialistas para ajudar nessa modelagem. Informou que o projeto tem como objetivo melhorar a proteção dos parques através do aumento da visitação e do desenvolvimento socioeconômico das comunidades do entorno. O projeto visa transparência e um contrato de gestão simples tanto para o Estado quanto para o investidor. Apresentou as principais características do parque já bem conhecidas por todos os conselheiros presentes e, na sequência, apresentou os principais destaques da modelagem como, por exemplo, a previsão de que haja um investimento inicial em infraestrutura para que o Parque possa começar a oferecer os serviços de visitação (CAPEX) de R\$ 10,4 milhões, sendo R\$ 4,37 milhões obrigatórios nos primeiros 06 (seis) anos. Também há a previsão de mais R\$ 105,9 milhões de investimentos para a manutenção (OPEX) ao longo dos 30 (trinta) anos de concessão. A modelagem também mostrou que 1,08% de toda receita gerada (ROB – Receita Operacional Bruta) será pago a título de outorga variável para o Estado a partir do 49º mês de concessão. Isso significa que, após o 4º primeiro ano, o Estado receberá 1,08% de tudo que entrar de receita. Além disso, há a previsão de parcelas de 2,16% de encargos acessórios (MACROTEMAS) a partir do 13º mês de concessão, ou seja, é recurso que será investido diretamente no parque e seu entorno. Entre os Macro temas estão previstos investimentos em: a) ações de educação, comunicação e interpretação ambiental; b) projetos de integração com o entorno e fomento ao empreendedorismo (inclusive digital); c) projetos de pesquisa, inclusive quando relacionados à aplicação de sistemas e dispositivos inovadores; d) ações de manejo de espécies; e) monitoramento ambiental; e f) programas de voluntariado. O Estado é quem decide sobre o momento e o investimento em cada macrotema e não o investidor. Explicou que não há um mínimo de outorga fixa, assim a outorga fixa vai ser determinada no leilão, ou seja, durante o leilão poderá ser definido um valor a ser repassado mensalmente ao Estado e isso dependerá do interesse que o projeto desperte nos investidores. Em seguida apresentou alguns pontos observados no diagnóstico que verificou a infraestrutura atual e a infraestrutura necessária (manutenção, reforma e novas intervenções) para a proposta que está sendo apresentada que prevê um *glamping* com pequenas cabanas para hospedagem; uma área de *camping* com sanitários, cozinha e *deck* de convivência; um redário; melhoria na acessibilidade; mirantes; trilhas; melhorias na sede para recepcionar os visitantes; estacionamento; passarelas suspensas; suportes de segurança nas trilhas; *playground*; sanitários; alojamento dos funcionários; restaurante; centro de convivência. O diagnóstico apresenta indicadores que serão empregados para

avaliar o desempenho da concessionária para determinar o valor da outorga variável a ser paga anualmente ao Estado. Ou seja, quanto menor a nota na avaliação maior a outorga que deverá ser paga para além dos 1,08% para o Estado. Os indicadores têm os seguintes pesos: a) Limpeza e Conservação de áreas verdes – 30%; b) Manutenção de ativos – 30%; c) Experiência do Usuário – 40%. Dessa maneira, se a nota for de 100% a 90% ele não paga nada além dos 1,08%, mas na medida em que seu desempenho cai haverá acréscimo no valor da outorga variável: entre 89,9% a 70% o acréscimo é de 0,5%, de 69,9% a 60% acréscimo de 1,0%, 59,9% a 40% acréscimo de 2,0%, de 39,9% a 20% acréscimo de 3,0%, 19,9% a 10% acréscimo de 4,0% e de 9,0% a 0% o acréscimo é de 5,0% no valor da outorga. O contrato prevê esse sistema de penalidades caso haja um desempenho ruim por parte do concessionário nos serviços que precisam ser prestados. Fabiano apresentou a metodologia utilizada para a verificação da demanda que existe por um parque que envolve pesquisa de mercado, análise *Big Data* e modelos estatísticos. A curva de demanda mostra que deve haver um crescimento de menos de 20 (vinte) mil visitantes/ano para mais de 45 (quarenta e cinco) mil visitantes/ano. No que se refere a receita projetada com bilheteria, alimentação, bebidas, comércio, hospedagem e atrativos específicos deve chegar a 198 (cento e noventa e oito) milhões de reais ao longo dos 30 (trinta) anos de concessão. Esclareceu que a bilheteria poderá não ser cobrada daqueles que moram no entorno da Unidade de Conservação caso isso seja apresentado como demanda durante a Consulta Pública. Apresentou um gráfico que mostra os valores previstos em outorgas variáveis e investimento em macrotemas por ano. No segundo ano, quando começa a incidir o investimento em macrotemas, o valor passa de R\$ 20 mil para mais de R\$ 180 mil ao final da concessão. A outorga variável passa de R\$ 60 mil no 4º ano para, aproximadamente, R\$ 100 mil/ano. Em termos de tributos arrecadados anualmente, está prevista a arrecadação de mais de R\$ 800 mil em tributos federais (PIS/COFINS e IR/CSLL), mais de R\$ 160 mil em tributos estaduais (ICMS) e quase R\$ 240 mil. A previsão é de gerar 28 empregos diretos com uma renda anual de R\$ 1,67 milhões e 148 empregos indiretos com renda anual de R\$ 3,9 milhões. Apresentou a estratégia de atrair investidores, os aspectos jurídicos do edital de concorrência e também explicou o funcionamento e regimento para o leilão. Entre os aspectos jurídicos está a determinação de que o ganhador deverá arcar com os custos que o BNDES teve com esse projeto, desonerando o Estado; a necessidade de um verificador independente para avaliar os indicadores de desempenho; definição da área da concessão; o valor máximo de ingressos e; o objetivo específico da concessão de serviços de apoio a visitação, revitalização,

modernização, operação e manutenção dos serviços turísticos no Parque. Explicou que também há a definição da matriz de risco entre privado, Estado e compartilhado. Finalizou falando sobre a consulta pública de 60 (sessenta) dias e sobre as formas de participação. Mostrou que o projeto deverá ser submetido a análise do Tribunal de Contas do Estado – TCE para, então, haver o lançamento do edital e o leilão com previsão de ocorrer em abril de 2022. Levi, representante da ACAGI, explicou que atuam na área da Cachoeira das Arapongas. Construíram uma guarita em área privada do entorno e fazem receptivo para os turistas cobrando uma taxa de R\$ 5 (cinco). Questionou, então, como ficará a situação da ACAGI com a concessão já que a guarita e o receptivo estão em área particular, mas os turistas são conduzidos até a Cachoeira. Fabiano explicou que a concessão não incide em nenhuma área particular, mas como a cachoeira está dentro do Parque é preciso analisar esse caso especificamente. Assim, Aníbal sugeriu que a ACAGI preenchesse o formulário relatando essa situação para que haja uma avaliação cuidadosa. Complementou que um dos objetivos da concessão é trazer vantagens para pessoas e instituições que já desenvolvem atividades no entorno e que com investimento haverá maior fluxo de pessoas, apenas é necessário que essa situação esteja relatada para haver previsão de como será tratada com o concessionário. Janete Coutinho, representante da Associação Produtores da Serra, questionou como pode ter havido um diagnóstico socioambiental sem que as pessoas da região e as comunidades fossem ouvidas. Também criticou o fato da consulta pública ser pela *internet* visto com a disponibilização de diversos documentos com uma população com muitas pessoas de baixa escolaridade e sem acesso a computadores e *internet*. Assim, afirmou ser necessário estar pessoalmente junto a essas comunidades apresentadas a proposta, ouvindo e registrando o que disserem. Com relação a concessão incidir em apenas uma área do Parque perguntou como ficará a gestão das demais áreas. Janete afirmou estar impactada pelo fato de a Yamana Gold ter adquirido licença de lavra dentro da Unidade de Conservação após os anúncios de concessão pelo Estado, em 19 de fevereiro de 2021. O principal objetivo do Parque é a proteção das nascentes e que essa região está inserida no semiárido baiano sofrendo com extremas secas e demonstrou sua preocupação com o fato da proposta apresentar construções para hospedagem, restaurante, piscina e prevendo aumento de circulação de visitantes o que levará a um necessário aumento de consumo de água que já é motivo de conflito. Acredita que isso é mais um ponto que deveria ter sido identificado no diagnóstico físico dessa região, para ser considerado nessa proposta de concessão. Com o aumento do fluxo também haverá aumento de ocupação de seres humanos em habitat

natural causando impacto negativo para a fauna, especialmente. Perguntou, ainda, como serão tratados os efluentes e resíduos resultantes dessa atividade. Por fim, questionou se a audiência pública será consultiva ou se a população decidirá e se será presencial ouvindo a população. Aníbal iniciou agradecendo as contribuições e o empenho de Janete em trazer todos os questionamentos e preocupações, principalmente com relação com a água. Lembrou que a Unidade de Conservação é um Parque previsto do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC e que essa categoria, diferentemente de Reserva Biológica, traz como um dos objetivos a interação com a natureza, a visitação e o turismo, respeitando seu Plano de Manejo. O uso para visitação, inclusive inibe outros usos como a mineração citado por Janete e que não poderia ocorrer num Parque e precisa ser verificado. Explicou que para o Diagnóstico Socioambiental foi feito levantamento das questões ambientais e de grupos. Foi esclarecido que a área do Parque que não estiver na concessão continuará sob gestão do Estado que manterá todos os contratos e equipes para garantir isso, inclusive podendo redirecionar recurso que antes era usado para a área concedida. Com relação a autorização de lavras citado por Janete, Zélis lembrou que quando o Parque foi criado existia direito de exploração de lavras e que o que houve agora foi a renovação da autorização de todas as áreas que estavam nessa situação em todo o Brasil, entretanto, o Parque está garantindo tanto pelo SNUC quanto por uma Portaria do antigo DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral de 2006 que determinou a suspensão do direito de lavra em Unidades de Conservação de Proteção Integral. Além disso, há um acordo entre Yamana e INEMA sobre esse assunto, inclusive a Yamana é membro do Conselho Gestor e estabelece uma boa relação. Fabiano explicou que tudo que está no projeto é passível de revisão ao tratar da preocupação bastante pertinente apresentada por Janete com relação a piscina. Explicou que devido às restrições do orçamento público em janeiro o Estado optou por fazer a audiência virtualmente. Ainda com relação a Consulta Pública e a audiência, Mariana informou que o Processo de Consulta Pública está se iniciando agora e, além das reuniões virtuais, é possível se criar outras estratégias para levar a proposta até as comunidades e grupos que tenham dificuldades para acessar os materiais e o formulário virtual de contribuições. Essas estratégias podem contar com o apoio das equipes do INEMA e da SEMA e também das representações do Conselho ao cumprirem o papel de levar as informações e reportar as necessidades e ponderações. Explicou que a audiência é um dos momentos de contribuição, mas não é o único. Richard Silva da Associação de Ação Social e Preservação das Águas Fauna e Flora da Chapada Norte – ASPAFF, reforçou a

pertinência das contribuições de Janete e mostrou preocupação com a supressão de vegetação necessária para que todas essas estruturas apresentadas possam ser construídas em nascentes do Rio Itapicuru, além da preocupação com os resíduos sanitários. Passo a palavra para Paulo Muricy da ASPAF que perguntou se há previsão de investimentos na área do meio ambiente como recuperação de nascentes, prevenção de incêndios. Também disse ser contrário a audiência virtual e colocou A ASPAF à disposição para garantir que as comunidades sejam ouvidas presencialmente. Aníbal reforçou a necessidade de que as contribuições também sejam levadas para os formulários. Explicou que haverá um percentual de investimento que são definidos pelo Estado para as questões socioambientais relacionadas à Unidade que são os Macrotemas e lembrou que para essa definição é importante haver diálogo com o Conselho Gestor. Zélis esclareceu que região da Comunidade do Covas não está inserida na área de concessão justamente porque é área de captação de água da comunidade, houve essa preocupação na definição desse recorte territorial. Hamilton Silva da ASPAF mostrou preocupação com a construção de todas essas estruturas e pediu mais informações sobre essas construções e perguntou se há exemplos de outras Unidades com estruturas semelhantes a essa que acaba se parecendo com um *resort*. Aníbal informou que todas as informações estão disponíveis no material de maneira detalhada garantindo total transparência em toda a proposta apresentada. Também explicou que a estrutura pensada é toda sustentável e com baixíssimo impacto no meio ambiente e que são estruturas básicas para que as pessoas que não são da região possam ir com a família e passar um tempo, um fim de semana e aproveitarem mais o convívio com a natureza. Citou exemplo de outras Unidades de Conservação que tem estruturas de hospedagem como é o caso de Foz do Iguaçu que tem um hotel dentro, mas que a proposta não é desse tipo de hospedagem e sim de um *glamping* que é como um *camping* de pequenas cabanas para aqueles que não querem ou não podem carregar a estrutura de barraca, por exemplo. Maicon Nunes (Município de Miguel Calmon) voltou a questionar o destino e tratamento dos rejeitos. Aníbal explicou que o concessionário é obrigado a apresentar um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, um Plano de Manutenção de Áreas Verdes entre outros ao INEMA para aprovação, assim o concessionário deverá atender todas as especificações exigidas. Assim, quem deve apresentar as formas de lidar com essas questões é o concessionário. O projeto não pode determinar como deverá ser feito, mas tudo será submetido a avaliação do INEMA. Sinval, representante dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, reforçou a necessidade de momentos presenciais com as comunidades e cobrou informações sobre o conselho

ser ouvido no momento de diagnóstico. Voltou a tratar a importância de se dar atenção aos conflitos pela água na região. Aníbal lembrou que, na ocasião da visita técnica de reconhecimento da área, houve uma reunião com alguns membros do conselho presencialmente e que, em seguida, foi realizada reunião virtual com o Conselho para trazer as informações sobre os estudos de viabilidade econômico no início do projeto e, agora, com a proposta inicial pronta o Conselho volta a se reunir para conhecer a proposta e iniciar a apropriação de cada detalhe para que possa fazer suas críticas e sugestões. Fabiano apresentou o material do Anexo B – Caderno de Encargos que diz o que o privado precisa apresentar ao Poder Concedente, entre eles está o Plano de Segurança Patrimonial, o Plano de Prevenção e Proteção contra Incêndios, Plano de Limpeza, Plano de Manutenção e Plano de Gestão de Resíduos Sólidos. Informou que outros poderão ser sugeridos também. Fabian Vasconcelos, Secretário de Meio Ambiente e Agricultura de Miguel Calmon, se colocou à disposição para colaborar com infraestrutura e logística para realizar a audiência pública presencialmente. Paulo Muricy questionou qual o valor que será cobrado para a bilheteria e lembrou que o principal objetivo do Parque é a preservação das nascentes e que se há qualquer proposta que vá de encontro a esse objetivo ela não pode seguir adiante. Também ressaltou a importância de momentos presenciais prévios à audiência para que as pessoas se apropriem da proposta e tenham tempo de elaborar seus questionamentos colocando a Associação à disposição para isso. Solicitou que tudo que foi reportado nessa reunião deve ser sistematizado e considerado como já sendo uma contribuição formal da Consulta Pública, pois as pessoas ali já estavam se dispondo a isso naquele momento. Foi sugerido que a ata da reunião seja anexada aos formulários que tratem do que foi reportado nessa reunião. Aníbal voltou a informar que não será cobrada bilheteria da população residente no entorno, mas que para quem não for da região há previsão de ser cobrado ingresso e a sugestão, na proposta, para que haja um retorno satisfatório ao investidor é de R\$ 20 (vinte) inicialmente. Janete perguntou qual a responsabilidade do concessionário com a população do entorno para além da isenção de ingresso e aquecimento do comércio local. Voltou a demonstrar preocupação com relação ao período de estiagem quanto, atualmente, já se suspende a visitação por falta de água na sede. Nesse sentido, questionou se o privado iria disputar a água com a população. Aníbal lembrou que entre os Macrotemas de investimentos obrigatórios pelo concessionário estão previstas ações com as populações do entorno. Informou que os macrotemas são bastante amplos que permitem que o Estado oriente ações necessárias e sugeridas pelo Conselho Gestor também. Com relação a questão

hídrica, Aníbal disse que essa é uma questão importante e que precisa de alternativa junto ao Estado e o concessionário. Raí Macedo, representante da Associação Paiáia de Guias e Condutores Ambientais de Jacobina, afirmou que o Programa do Governo Federal Adote um Parque e o Programa do BNDES de estruturação de concessão são formas de desresponsabilizar os Governos de Proteção dessas Unidades de Conservação passando para iniciativa privada essa função. Também reforçou a necessidade de se ouvir as comunidades presencialmente e a preocupação com a água. Disse confiar nas equipes do INEMA, mas há uma crescente diminuição de investimento público no órgão ambiental que é parte da proposta de desestatização quando enfraquece e sucateia o órgão e sua atuação. Se dispôs a ajudar com a mobilização das comunidades para momentos presenciais. Andreza, professora publica comentou que a boa gestão do PESP se dá pelo esforço de Zélis e dos funcionários, mas também é parte do sentimento de pertencimento que existe da população com o Parque e isso deve ser valorizado. Afirmou que se preocupa com a possibilidade de alteração de legislação para facilitar a mineração que tem uma frente parlamentar atuando nesse sentido e que isso volte a ser um risco para o PESP. Mariana disse que vai conversar internamente para ver como e qual formato poderão realizar momentos presenciais, mas que não poderia se comprometer com isso sem alinhamento interno. Reforçou a importância de que os Conselheiros que são representações de instituições e grupos cumpram seu papel de levar as informações e de reportar as contribuições e questionamentos no caso da concessão ou de qualquer outro que seja abordado dentro do Conselho. Por fim, Zélis agradeceu a equipe do BNDES, ao Consórcio, aos conselheiros e convidados com as contribuições e sugeriu que sejam feitos encontros por segmentos. Informou também que disponibilizará a ata por e-mail e pelo grupo de WhatsApp para que possam fazer correções e ajustes. Se despediu de todos e encerrou a reunião. Não havendo mais nada a ser relatado essa ata será provada pela plenária do Conselho Gestor e assinada pelo Presidente.

José Manoel Zélis Pereira

Presidente do Conselho Gestor do Parque Estadual das Sete Passagens-PESP